

Zero Hora, 19 de maio de 2016



UM DEVER AMARÍSSIMO



PEDRO DUTRA FONSECA
Professor titular do Departamento de Economia
e Relações Internacionais da UFRGS

Henrique Meirelles afigura-se como peça central para a credibilidade do novo governo, uma espécie de salvador da pátria. Lembra, mas em maior proporção, o papel que lhe reservara Lula. Este, antes de assumir, com a “Carta ao Povo Brasileiro”, prometera manter a política de FHC e acalmar o mercado (leia-se: credores e grandes capitalistas). Mas tal carta era de intenções, possível bravata. A nomeação do conservador Meirelles para o Banco Central foi o pilar para reverter expectativas. Para desespero dos petistas, palavras de ordens como auditoria da dívida e sua moratória foram esquecidas. Mas a inflação caiu de cerca de 30%, em taxa anualizada, para 9,3% em 2003. Meirelles conseguiu a façanha de manter a ortodoxia fiscal e monetária expandindo os programas sociais, o que contemplava a base política de Lula e, sobretudo, a ampliava, pois ia além dos trabalhadores sindicalizados e da classe média para chegar a extratos mais baixos de renda. Ia desta até o capital financeiro, uma aliança ampla, mas eficaz enquanto durou.

A situação agora é diferente, pois, para “acalmar o mercado”,

não basta seu nome – Temer está longe de ser esquerdista. Precisa de ações desagradáveis para mostrar serviço. Não é manter a política econômica, mas alterá-la substancialmente. Temer não tem nem a legitimidade – posto que, como vice, assinou o mesmo programa econômico de Dilma – nem o carisma do Lula de 15 anos atrás. A demanda chinesa minguou, e o tempo é curto. E as medidas amargas precisam passar pelo Congresso – num ano de eleições. Há certa confiança no ar de que o fato de 2/3 dos deputados e senadores votarem pelo impeachment significa que aprovarão tais medidas. Difícil: a tal base não tem um programa comum. É extremamente heterogênea, fragmentada em partidos, e estes em alas e “lideranças” sem liderados, pois cada um vota como quer. A regra é a fisiologia e não a ideologia: 80% desses congressistas há pouco tempo eram a “base aliada” de Lula, seus ministros e assessores. Muitos já disseram que rejeitam idade mínima para aposentadoria. Novo imposto – nem pensar. Mudar o “sistema S” muito menos. Exigir metas de Estados e municípios: impossível.

Um dever amaríssimo, como o diria o personagem machadiano.